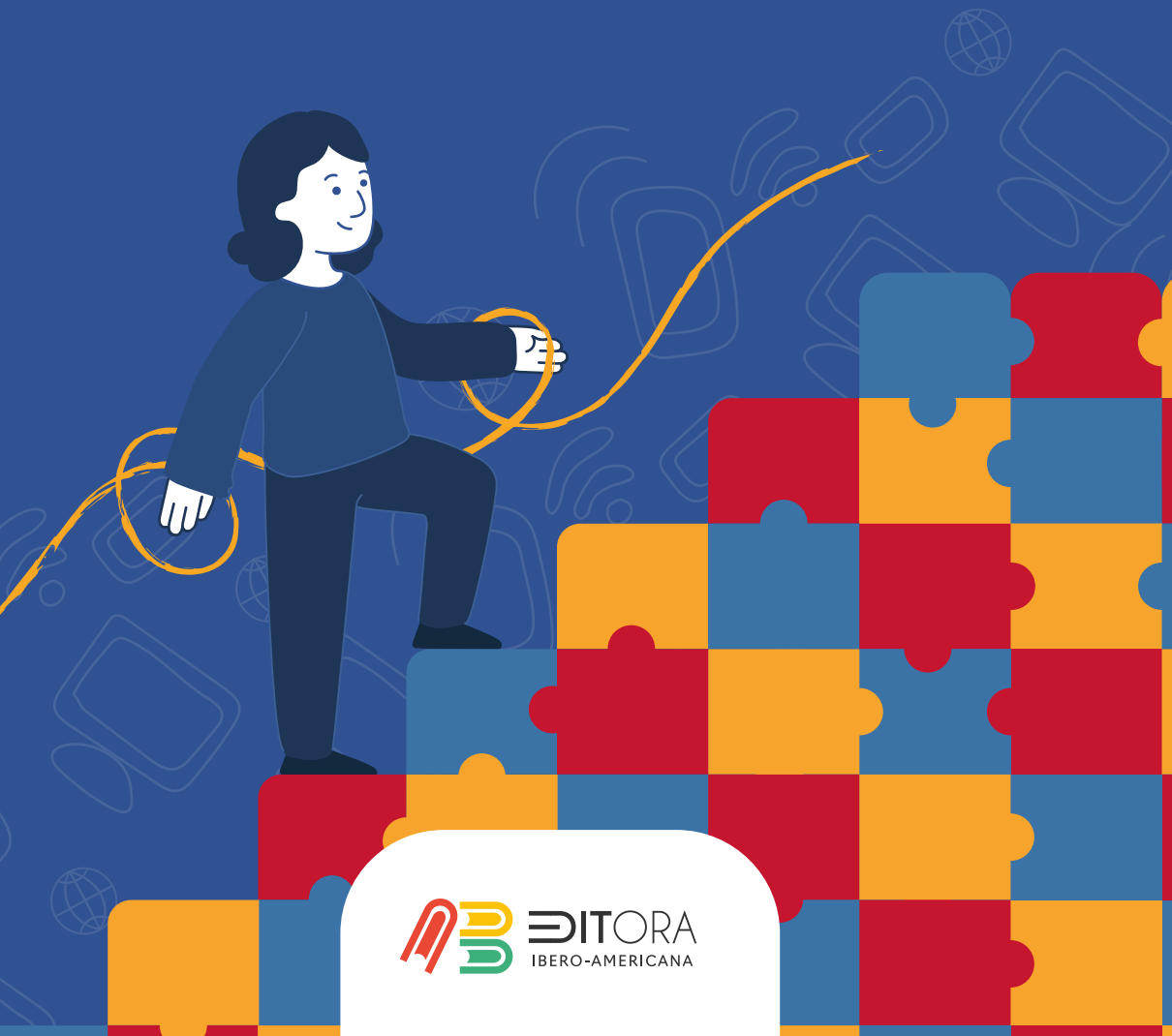
REFLEXÕES
SOBRE EDUCAÇÃO,
TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Simone Lucena Marilene Santos Joseilda Sampaio
Organizadoras



EDITORA IBERO-AMERICANA

EDITORA IBERO-AMERICANA

REFLEXÕES

SOBRE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Simone Lucena Marilene Santos Joseilda Sampaio

Organizadoras

CAPES

UFS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PPGED PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO UFS

Bauru
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reflexões sobre educação, tecnologias e formação docente [livro eletrônico] / organizadoras Simone Lucena , Marilene Santos , Joseilda Sampaio. -- Bauru, SP : Editora Ibero-americana de Educação, 2024.
ePub

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86839-27-2

1. Educação 2. Tecnologia 3. Prática de ensino 4. Professores - Formação I. Lucena, Simone. II. Santos, Marilene. III. Sampaio, Joseilda.

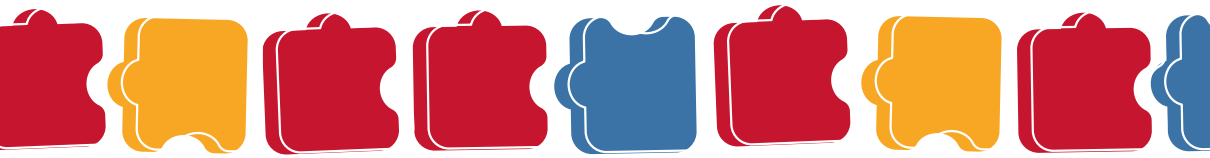
24-230785 CDD-370.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Professores : Formação : Educação 370.71

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-27-2

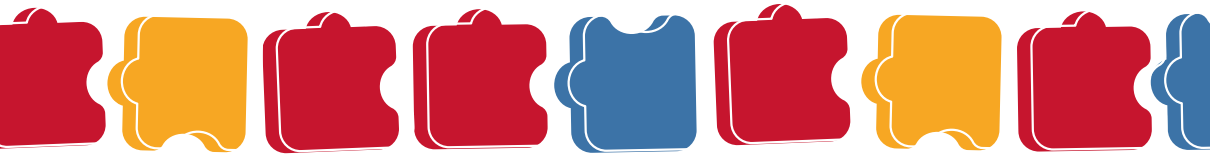


Simone Lucena

Marilene Santos

Joseilda Sampaio

Organizadoras



EDITORA IBERO-AMERICANA

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Ilustrador e Diagramador

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

EDITORA
IBERO-AMERICANA

Comitê Científico

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta



Agradecemos aos autores pela confiança
em nosso trabalho editorial.

Boa leitura!

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva

Editor Adjunto

ORGANIZADORAS

Simone Lucena - Pós-doutora em Educação (Proped/UERJ). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Professora do Departamento de Educação (DED) e do Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Digitais (Ecult/UFS/CNPq).

Marilene Santos - Professora da Universidade Federal de Sergipe no Departamento de Educação - DED; no Programa Pós-Graduação em Educação- PPGEDP e no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais PROFCIAMB. Líder do grupo de pesquisa Educação e Movimentos Sociais - GPEMS. Coordenadora do Programa Escola da Terra.

Joseilda Sampaio (conhecida como Sule Sampaio) - Pedagoga e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Digitais (Ecult/UFS/CNPq), desenvolve seus estudos nos campos da criança, infância, brincar e as tecnologias digitais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores da educação básica, aos alunos e alunas do curso de Pedagogia do Campus Professor Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe que participaram do III Congresso Internacional de Educação (CONEduc-UFS) e o IX Encontro Nacional de Educação do Campo, cujo tema principal foi a "Educação, Formação Docente e Interculturalidade". Ainda, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para os projetos de pesquisa e extensão universitária.

Nossos agradecimentos se estendem à CAPES, que tornou este evento possível por meio do Edital PAEP, e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS) pelo apoio a esta publicação.

Simone Lucena

Marilene Santos

Joseilda Sampaio

APRESENTAÇÃO

A obra que ora apresentamos, intitulada "Reflexões sobre Educação, Tecnologias e Formação Docente" é uma coletânea que propõe um mergulho nas complexidades, dilemas e desafios que permeiam a educação contemporânea. Este livro representa uma oportunidade àqueles que entendem ser possível repensar a formação docente, considerando os diferentes contextos e desafios que estão presentes na profissão. Compreender esses desafios remete pensar que em tempos de rápidas transformações tecnológicas e sociais, é preciso um olhar mais ampliado para questões fundamentais sobre as mudanças que estão moldando outras formas de educar, aprender e conviver no século XXI.

Os textos da obra foram produzidos por professores e pesquisadores que participaram de mesas e conferências realizadas durante o III Congresso Internacional de Educação (CONEduc), IX Encontro Nacional de Educação do Campo e II Seminário Redes de Pesquisa em Educação e Culturas Digitais na Era da Mobilidade. Esses eventos foram promovidos pelo Departamento de Educação (DEDI) e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)

da Universidade Federal de Sergipe, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), através do Edital Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) de 2021 – 2ª edição.

Esse encontro reuniu professores em formação para discutir suas pesquisas em áreas que se interconectam como educação, comunicação, tecnologia e formação docente. Essas discussões abordam desafios enfrentados pelos professores e ajudam a repensar a formação em tempos digitais, especialmente na educação infantil e na educação do campo. Dito de outra forma, as discussões ensejam um movimento que pode significar uma reflexão mais abrangente sobre a formação docente.

Em um esforço de convergência dos temas que fortalecem o foco e o alcance interdisciplinar da formação docente, esta obra reúne textos em perspectivas diversas, e na esteira das transformações e movimentos sociais, dão centralidade às mudanças para o campo da educação. Os esforços convergiram no sentido de abordar os diferentes referenciais teórico-metodológicos, as proposições e os resultados de pesquisas, acreditando que a combinação de diferentes abordagens pode levar a uma soma qualificada de entendimentos, possibilidades

compreensivas e avanços para a formação docente. Nesta direção, optamos por agrupar os encontros textuais em duas partes.

A primeira parte, que chamamos de **Educação, Comunicação e Tecnologias**, busca articular os temas que discutem sobre a inovação pedagógica e o desenvolvimento de competências em contextos de educação a distância, a pedagogia do enfrentamento de Paulo Freire às notícias falsas, a importância do pensamento computacional na formação de professores, as novas configurações do brincar na era digital, entre outros temas.

Na segunda parte intitulada **Educação e Formação Docente**, os autores abordam os desafios específicos da formação de professores. São discutidos temas como o educar e cuidar na educação infantil, a inclusão na formação docente por meio do PIBITI e os desafios enfrentados para a formação de leitores críticos diante da política do currículo de Sergipe. Além disso, são abordados temas como os desafios e contribuições para a formação do docente que atua na educação do campo, incluindo o fechamento de escolas e as práticas de resistência que surgem nesse contexto. Seja analisando a educação do campo, a educação infantil, as práticas leitoras ou as pesquisas

de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação, a ênfase está na possibilidade de refletirmos sobre a ação docente, a formação do professor e as diferentes maneiras de constituirmos como sujeitos aprendentes e ensinantes na educação.

Ao reunir esses diferentes olhares e experiências, convidamos, então, o leitor a percorrer os diferentes textos, narrativas e posições, a fim de refletirem criticamente sobre o papel da educação em um mundo em constante mudança. E dessa forma, compreender como as novas dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas influenciam as práticas educativas e a formação docente, mantendo sempre um compromisso com a inclusão, a justiça social e o respeito à diversidade cultural.

Simone Lucena
Marilene Santos
Joseilda Sampaio

SUMÁRIO

23 PARTE I – Educação, Comunicação e Tecnologias

24 Innovation pédagogique et développement des compétences: Un master à distance en contexte interculturel
Stéphanie GASSE
Thierry ARDOUIN

76 A pedagogia do enfrentamento: De Paulo Freire às notícias falsas
Fernanda Amorim ACCORSI

101 Pensamento computacional: Notas para a formação de professores
Fernanda MONZATO
Edméa SANTOS

138 O brincar na cultura digital: Elementos estruturantes das culturas infantis contemporâneas
Joseilda Sampaio de SOUZA
Maria Helena Silveira BONILLA

174 App-diário na pesquisa-formação: Uma revisão sistemática da literatura
Rosinângela Cavalcanti da Silva BENEDITO
Simone LUCENA

211 **PARTE II – Educação e Formação Docente**

212 O educar e cuidar na educação infantil
Jamisson Alves SANTOS
Joelma Carvalho VILAR

238 O papel do PIBITI na formação docente: reflexões à baila da educação inclusiva
Isabela Rosália Lima de ARAÚJO
Mônica Andrade MODESTO

265 Desafios para formação de leitores críticos: currículos em Sergipe, novos contextos de aprendizagem e práticas político-cidadãs
Paulo Sérgio da Silva SANTOS
Taysa Mércia dos Santos Souza DAMACENO
Caroline Lima dos SANTOS

298 Educação do Campo e formação docente: Desafios e contribuições Procampo e do Pronacampo
Jailda Evangelista do Nascimento CARVALHO

327 Fechamento de escolas no campo: Formação docente como estratégia de resistência
Tereza Simone Santos de CARVALHO
Josefa de Lisboa SANTOS

360 Educação do Campo: Salas multisseriadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e os ciclos de formação
Maria Rejane NOGUEIRA
Marilene SANTOS

394 PROJOVEM Campo – Saberes da terra: Breve histórico das experiências em Sergipe
Flávia Cristina SANTOS
Alizete dos SANTOS
Maria José da Silva SOUZA

PREFÁCIO

Ao receber o manuscrito do livro “Reflexões sobre Educação, Tecnologias e Formação Docente”, organizado por Simone Lucena, Marilene Santos e Joseilda Sampaio, com a incumbência de escrever um prefácio, vi-me diante de uma obra riquíssima de conteúdo.

A preocupação em torno da formação docente, presente nos capítulos, situa-me em face daquilo que venho me ocupando há quase três décadas, tanto em meu próprio processo de formação como professor – da educação básica, inicialmente, e da educação superior, posteriormente –, como também de minha trajetória como formador de professor. Isso me coloca, de todo modo, como formador de mim mesmo, posto que não é possível pensar os processos professorais de quem atua em cursos de licenciatura e em programas de pós-graduação em Educação apartados de uma autoformação contínua.

A obra também me posiciona no lugar de quem, como professor e como pesquisador da Educação, não pode ficar à parte. Refiro-me à efervescência da tecnologia que provoca a todos e todas a estamos, queiramos ou não, envoltos da necessidade

de nos qualificarmos, todos os dias, para o aprofundamento no arcabouço já consolidado nas pesquisas sobre os diferentes objetos que tomam aspectos diversos das tecnologias como objeto de estudo. Do mesmo modo, há que se (pre)ocupar em conhecer as novidades tanto das pesquisas, como das práticas envolvimento distintas formas e modos de inserção nas culturas digitais próprias das inovações tecnológicas. E ao pensar tais práticas que, de um modo ou de outro, tocam mais ou menos as tecnologias, refiro-me às nossas práticas e às de nossos alunos e sujeitos participantes de pesquisas.

De fato, formar-se professor (como profissionalização inicial e como desenvolvimento na carreira docente) requer de nós mesmos, das instituições de pesquisa e educação superior e, sobretudo, das políticas públicas e, por consequente, do Estado, a constituições e processos contínuos formacionais. Tudo isso dentro de um respaldo da sociedade, sem o que o ato de fazer pesquisa e os processos formativos (formação docente e formação humana, em geral) tornam-se difíceis.

Ao voltar o olhar para o livro "Reflexões sobre Educação, Tecnologias e Formação Docente", registro que este está composto por treze capítulos, os

quais estão distribuídos em três partes. A primeira delas voltada para os capítulos que tratam da relação entre Educação, Comunicação e Tecnologias; a segunda parte se ocupa do debate acerca da Educação e Formação docente; e a terceira parte se debruça sobre temáticas relacionadas à Educação do Campo.

A organização da obra em três partes se justifica pela necessidade de orientar o leitor aos três focos centrais do livro, de modo a possibilitar que os interessados em conhecer o conteúdo das pesquisas dispostas ao longo do livro sigam diretamente para as suas temáticas prioritárias no momento da leitura ou estudo dos capítulos.

Assim, na primeira parte – Educação, Comunicação e Tecnologias – os textos versam sobre inovação pedagógica e desenvolvimento de competências; pedagogia do enfrentamento; pensamento computacional e sua relação com a formação de professores; elementos estruturantes das culturas infantis contemporâneas no que diz respeito ao brinca no contexto da cultura digital; a utilização de aplicativos como diário na pesquisa-formação.

Na segunda parte – Educação e Formação docente – os capítulos apresentam pesquisas que focalizam temáticas como a relação entre o educar e o

cuidar na educação infantil; o papel de programas como o PIBITI na formação docente na perspectiva da educação inclusiva; novos contextos de aprendizagem e de práticas político-cidadãs e os desafios para a formação de leitores críticos.

Na terceira e última parte do livro – Educação do Campo – o livro traz para a centralidade algumas questões contemporâneas da formação docente, de modo a apresentar programas, projetos e processos formativos em contextos campesinos. Desse modo, os capítulos versam sobre desafios e contribuições de programas como o PROCAMPO e o PRONACAMPO e a formação docente para atuação nesses espaços; a formação docente para o enfrentamento e a resistência em face dos processos de fechamento de escolas camponesas; as salas multisseriadas existentes na educação do campo, especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental e os ciclos de formação; breve histórico focando experiências sergipanas no Programa PROJOVEM CAMPO e os saberes da terra como filosofia e como prática de vida campesina.

O livro, assim, constitui um convite à reflexão sobre aspectos da vida no campo, notadamente voltados para as questões a educação, mas sem

perder de vista a vida e a cultura campesina. Em outras palavras, a obra convida os leitores a pensar sobre as provocações iniciais que motivaram ou conduziram os pesquisadores e pesquisadoras, autores e autores das pesquisas apresentadas em cada capítulo, a se debruçarem sobre temáticas que são, a um só tempo, objetos de estudos, mas também se constituem razões políticas e de militância, que movimentam investigadores a se ocuparem das temáticas elencadas.

Claudio Pinto Nunes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

PARTE II

Educação e Formação Docente



O educar e cuidar na educação infantil

Jamisson Alves SANTOS[1]
Joelma Carvalho VILAR[2]

O presente artigo, resultado de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida durante o período de 2020 a 2021, realiza um estudo bibliográfico sobre a temática do Educar e do Cuidar no atendimento à criança. Tem como principal motivação refletir sobre as dimensões pedagógicas do Educar e do Cuidar na trajetória histórica de atendimento à criança e nos documentos oficiais que orientam as práticas pedagógicas na Educação Infantil.

O texto está estruturado em três partes. Na primeira parte, discute-se o "Contexto histórico do atendimento à criança: o Cuidar e o Educar", mostrando algumas formas de atendimento à

1 Graduação em Pedagogia, Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais.
E-mail: jamissonsantos1@gmail.com

2 Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo Pesquisa Educação e Movimentos Sociais. E-mail: joelma@academico.ufs.br

criança ao longo da histórica. Na segunda, refere-se à "Educação Infantil: garantias legais", na qual se discute os marcos legais referentes a essa etapa da educação no país. Na terceira, aborda-se: "O Cuidar e o Educar na Educação Infantil", na visão de autores e alguns documentos oficiais sobre a Educação Infantil no país. Nesse sentido, discute-se o Cuidar e o Educar como categorias constituintes da autonomia, da afetividade e do desenvolvimento biopsicossocial na primeira infância.

A pesquisa bibliográfica baseia-se em subsídios teóricos de autores e documentos oficiais da área da Educação Infantil que abordam o tema Educar e Cuidar, tais como: Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Brasil, 1996), Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Brasil, 1998), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e da Educação Infantil (Brasil, 2010, 2013) e Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). Estudos sobre a Educação Infantil em seus desdobramentos históricos e legais (Kuhlmann, 2000, 2004; Marcílio, 2016; Freitas, 2016; Priore, 2006), e

sobre o Cuidar e o Educar (Guimarães, 2011; Boff, 2011; Barbosa, 2000, 2001; Kramer, 2008; Oliveira, 2011), são abordados.

Desenvolvimento

Contexto histórico do atendimento à criança: O cuidar e o educar

Para entender o contexto da Educação Infantil na atualidade, é preciso antes de tudo abordar os aspectos históricos, os quais demonstram o nascedouro da política de atendimento à criança no Brasil de viés assistencial. Segundo Oliveira (2011), a primeira forma de atendimento assistencial à infância no Brasil foi a das câmaras municipais, as quais "deveriam por imposição das ordenações do reino, amparar toda criança abandonada em seu território" (Oliveira, 2011, p. 27).

Pode-se dizer que na história da infância, a "roda dos expostos" foi a primeira "instituição" que se ocupou com o atendimento assistencial à infância no Brasil, sendo administrada pela Santa Casa de Misericórdia que assumiu a função de amparar as crianças abandonadas por suas famílias (Marcílio, 2016; Freitas, 2016). Os primeiros cuidados à

infância eram feitos através das chamadas criadeiras, amas de leite que realizavam práticas de cuidado com condições de higiene precárias. As chamadas "roda e a casa de expostos", mesmo depois da Proclamação da República do Brasil, continuaram funcionando, a exemplo das rodas de expostos do Rio de Janeiro (1938), a de Porto Alegre (1940), as de São Paulo e Salvador (1950), (Marcílio, 2016).

> "A roda dos expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa história. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950" (Marcílio, 2016, p. 69).

O atendimento às crianças se dava nas instituições de caráter assistencial e de filantropia, havendo o descomprometimento, do ponto de vista pedagógico, com as questões educacionais e de desenvolvimento da criança. De maneira geral, o sistema de atendimento aos pequenos não apresentava condições adequadas de higiene nas suas instalações e nas formas de cuidado para com as crianças (Vasconcelos, 2005).

A história evidencia que a falta de cuidado de higiene foi um elemento motivador da mortalidade infantil, repercutindo sobre as ações do educar e cuidar a criança (Priore, 2006). Nesse contexto, em meados do século XIX e início do século XX, as iniciativas de atendimento às crianças ancoraram-se no Movimento Higienista, no tocante aos cuidados físicos e à saúde infantil, impulsionando, por sua parte, as concepções moralistas na forma de atendê-las (Priore, 2006).

Na perspectiva histórica, registra-se que o atendimento às crianças pequenas no Brasil passou a ter um olhar voltado à proteção dessa infância, no início do século XX, momento em que a sociedade passava por profundas transformações: o processo de expansão do capitalismo; a inserção da mulher no mercado de trabalho, alterando a dinâmica familiar (Oliveira, 2011). É nesse contexto que mães contratadas pelas fábricas passaram a exigir o direito à criação de locais para guarda das crianças durante sua jornada de trabalho, as chamadas creches. O trabalho desenvolvido com as crianças na creche nessa época era de cunho assistencial-custodial, tendo como preocupação a alimentação, higiene e segu-

rança física dos bebês. Não valorizando o desenvolvimento intelectual e afetivo (Oliveira, 2011).

Tardiamente, através da promulgação da Constituição de 1988, a creche é colocada no horizonte educacional de "um direito da criança e um dever do Estado", iniciando um processo de evidente reconhecimento institucional de sua função e natureza educativa. Um marco importante na história da Educação Infantil no país, opondo-se, assim, à visão tradicional da creche como um favor prestado à criança com função apenas assistencialista. Nesse contexto, a creche é colocada como um direito de toda criança, independentemente de sua origem socioeconômica, e a educação nela existente se torna dever do estado que, juntamente com a família, é responsável pelo desenvolvimento da criança (Oliveira, 2011). A partir desta legislação, impulsiona-se o entendimento de que a criança é um sujeito de direito, um ser social e de cultura que demanda uma pedagogia específica do cuidar e do educar.

Logo, os elementos históricos de atendimento à criança vêm apontar para o processo de valorização dessa criança e dessa infância e, desse modo, repercutindo na dimensão cuidar/educar. Destaca-

-se, nesse âmbito, as contribuições das ciências das áreas da Psicologia, da Antropologia e da Sociologia relacionadas à educação e ao cuidado da infância, assim como ao desenvolvimento da criança (Kramer, 2008).

Educação Infantil: Garantias legais

Desde o processo histórico de redemocratização do país, a legislação educacional brasileira vem passando por grandes mudanças. Através da Constituição Federal, promulgada em 1988, atualmente vigente, a Educação Infantil passa a ser vista com outro olhar. A própria Constituição Brasileira, assegura em seu artigo 208, no seu inciso IV, essas mudanças na Educação Infantil.

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> IV - Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Brasil, 1988).

A partir dessa perspectiva, a Educação Infantil perfaz uma trajetória de reconhecimento, de di-

álogo e de aproximação entre os eixos da educação e do cuidado, tendo por objetivo primeiro o desenvolvimento integral da criança. Outros marcos na legislação socioeducacional do Brasil sugiram na década de 90, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/1990), a Lei de Diretrizes e Bases- LDB (Lei 9394/1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997), o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI/1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e da Educação Infantil (DCNEB/2013 e DCNEI/2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017).

O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil, que está garantido em seus artigos Art. 3º e Art. 53º:

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais, inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

> Art. 53º A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
>
> I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
>
> II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
>
> III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
>
> IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;
>
> V - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019) (Brasil, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9394/96, constituiu a Educação Infantil como dever dos municípios, sendo essa responsabilidade retirada das secretarias de Ação Social, per-

dendo assim o seu caráter assistencial. Passando essa responsabilidade às secretarias de educação de cada município, sendo as creches integradas ao sistema educacional. Dessa forma, o cuidado com as crianças dentro das creches começou a ser interligado com as preocupações educativas. Na visão de Kramer (2005), este processo vem sendo implementado desde 1988, através da aprovação da Constituição Federal de 1988 (Art. 208, inciso IV).

Nessa direção, o artigo 29 da LDB 9.394/1996 reconhece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, tendo como "finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (Brasil, 2013).

Na visão de Rocha (1999), expressa no volume 1 dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil: "Enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas em um espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 até 6 anos de idade" (Brasil, 2006, p. 17).

Nesse sentido, o ato de Cuidar/Educar é uma função indissociável, tendo em vista os direitos e as necessidades próprias das crianças, como a alimentação, a saúde, a higiene e a proteção, além do acesso aos conhecimentos sistematizados. Dessa maneira, o ato de educar não exclui a função de cuidar. A articulação dessas práticas deve estruturar o fazer pedagógico dentro das unidades de ensino infantil, contribuindo na formação da criança e em seu processo de construção de conhecimentos e de identidade pessoal e social.

O volume 2 dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006), apresenta padrões de referência para o sistema educacional no que se refere à organização e ao funcionamento das instituições de Educação Infantil, tanto no que tange à gestão, à proposta pedagógica e aos profissionais que atuam nas instituições, além da infraestrutura.

No que dizer respeito a proposta pedagógica, o documento cita:

> As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil promovem as práticas de cuidado e educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, en-

> tendendo que ela é um ser completo, total e indivisível (Brasil, 2006).

Dessa forma, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006) reafirmam que o ato de Educar e Cuidar, dentro da proposta pedagógica, não deve ser trabalhado separadamente, mas, sim juntos. Nesse sentido, as instituições de Educação Infantil devem planejar ações educativas nas quais o Educar e o Cuidar estejam entrelaçados.

Já no que diz respeito à estrutura dessas instituições, o documento Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil recomenda que os espaços destinados às crianças de meses a um ano devem ser concebidos como locais voltados para Cuidar e Educar crianças pequenas, incentivando o seu pleno desenvolvimento. Sendo que esses espaços, a elas destinados, devem ser situados em áreas silenciosas, preservado das áreas de grande movimentação e que proporcione conforto térmico e acústico (Brasil, 2006). A normativa presente no documento estabelece a obrigatoriedade dos seguintes ambientes: sala para repouso, sala para atividades, fraldário, lactário e solário. Além desses ambientes para as crianças

de 0 a 1 ano, a instituição também deve ter: área administrativa, salas de atividades, sala multiuso, banheiros, pátio coberto, áreas necessárias ao serviço de alimentação, área externa, depósito de lixo, lavanderia e área de serviços gerais para crianças de 1 a 6 anos (Brasil, 2006).

No documento *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica* (Brasil, 2013,) a criança é considerada um sujeito histórico que, nas interações sociais, constrói sua identidade pessoal. É necessário que toda interação com a criança esteja atrelada às dimensões do cuidado e da educação. Depreende-se, então, que Cuidar e Educar constitui parte integrante dos processos de construção de conhecimento e de desenvolvimento do educando.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), estruturalmente adota, como referência para a Educação Infantil, seis direitos de aprendizagem da criança, sendo eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Tendo dois eixos estruturantes para as práticas pedagógicas (interações e brincadeiras) e uma organização curricular composta por cinco campos de experiências, que estabelecem objetivos de aprendizagem e desenvolvimento a serem garantidos a todas as crianças.

O documento também propõe uma organização curricular que apoia o educador no planejamento da prática pedagógica, considerando as curiosidades, as necessidades, os interesses e o ritmo de desenvolvimento de cada criança, como também suas formas de aprender e se expressar por meio das múltiplas linguagens. Nesse âmbito, o Educar e Cuidar, na Educação Infantil, é fundamental para o desenvolvimento pleno da criança, tanto na aprendizagem, como também na construção de sua identidade.

Diante disso, verifica-se que os mecanismos legais e as normatizações da Educação Infantil demonstram todo o processo histórico de valorização do atendimento à criança e à infância, especificamente no que se refere ao Cuidar e ao Educar.

O cuidar e o educar na educação infantil

O Cuidar e o Educar são duas dimensões essenciais e significativas para o crescimento e desenvolvimento infantil. Sendo assim, dentro do contexto da Educação Infantil, pode-se pensar no termo 'cuidar' de modo geral como uma prática sociocultural de afeto, de preservação da vida, de humanização da criança, portanto um ato educativo.

Já o termo "educar" pode-se situar como processo de desenvolvimento humano que se dá na relação com outros humanos e com o mundo (Guimarães, 2011; Boff, 1999).

Considerando esse entendimento sobre o Cuidar/Educar, esses dois termos não podem ser compreendidos de maneira fragmentada, visto que o trabalho desenvolvido na instituição de Educação Infantil deve ser voltado para indissociabilidade dos mesmos. O binômio cuidar e educar é geralmente compreendido como um processo único, em que as duas ações estão profundamente imbricadas (Kramer, 2005).

De acordo com o documento *Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil* (Brasil, 1998), o Cuidar deve focar nas necessidades das crianças como: a alimentação, a saúde, a higiene, a proteção, a hora da soneca, entre outras necessidades. Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e de diferentes áreas.

> O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de

> cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (Brasil, 1998, p. 25).

Logo, cabe ao educador, levando em consideração as necessidades biopsicossociais e as diversidades socioculturais, entender a criança em sua complexidade, como uma pessoa em desenvolvimento contínuo, dando importância as suas expressões, sentimentos e conhecimentos sobre si e o mundo. Por isso, faz-se necessário construir uma relação de confiança, de respeito e de segurança entre a criança e o adulto que a cuida, a fim de assegurar processos educativos de qualidade que estimulem o pleno desenvolvimento infantil.

No que se refere ao Educar, o *Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil* (Brasil, 1998) traz a seguinte definição:

> Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (Brasil, 1998, p. 23).

De acordo com o *Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil* (Brasil, 1998), cabe à educação proporcionar situações de cuidados, de brincadeiras, de aprendizagem e de acesso aos conhecimentos do universo social e cultural. As vivências de tais situações promovem o pleno desenvolvimento infantil. Logo, os educadores devem criar espaços e tempos laborais múltiplos e significativos, que sejam fundamentais para formação da criança como um ser integral.

As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*, propõe que a Educação Infantil te-

nha o importante papel de vivenciar, de forma indissociável, os profundos processos pedagógicos do Cuidar e do Educar:

> [...] O cuidado, compreendido na sua dimensão necessariamente humana de lidar com questões de intimidade e afetividade, é característica não apenas da Educação Infantil, mas de todos os níveis de ensino. Na Educação Infantil, todavia, a especificidade da criança bem pequena, que necessita do professor até adquirir autonomia para cuidar de si, expõe de forma mais evidente a relação indissociável do educar e cuidar nesse contexto..." "... Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc.) e construírem sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer de o professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças (Brasil, DCNEI, 2009, p. 10).

Nesse sentido, a proposta pedagógica pensada pelo educador deve considerar que o Cuidar e o Educar depende da forma como ele organiza o trabalho pedagógico, oportunizando às crianças a sociabilizarem umas com as outras, apropriando-se do mundo, dos objetos e das relações. De modo que elas adquiram autonomia capaz de gerar uma aprendizagem essencial para a construção de sua identidade pessoal e coletiva. É importante que o educador conheça a realidade das crianças para organizar o tempo e o espaço educativo, de maneira que o trabalho pedagógico possa ser realizado de forma significativa.

Nesse sentido, quando os educadores organizam as situações pedagógicas para serem desenvolvidas com as crianças, é fundamental que levem em consideração as suas diferentes necessidades: como as biológicas, as emocionais, as culturais, as sociais e as históricas. Esta organização de tempo e de espaço, deve ser construída a partir deste conjunto de situações de cuidados, de brincadeiras, de aprendizagem e de acesso aos conhecimentos que possibilitem, entre outras competências, a iniciativa, a segurança, a confiança e autonomia infantil.

De maneira geral, através dos estudos, compreende-se a importância de organizar as situações pe-

dagógicas dentro da instituição de Educação Infantil, de modo que o Educar e o Cuidar estejam presentes, respeitando o tempo e as necessidades das crianças. Permitindo, assim, que elas adquiram habilidades e saberes necessários para o seu desenvolvimento integral. Nessa direção, os instrumentos legais, conforme abordagem histórica apresentada nesse texto, corroboram para esse entendimento e o de que o Cuidar e Educar são dimensões intrínsecas ao processo educativo da criança.

Considerações finais

Nessa pesquisa foi possível refletir sobre o contexto histórico do atendimento à criança no Brasil e identificar que ainda no século XIX as concepções sobre o Cuidar e o Educar são antagônicas, e o desprestígio da dimensão educativa, suplantada pelas funções de cuidado e de guarda, revela o desvalor da infância e a despreocupação pelo desenvolvimento integral da criança.

Em relação ao marco legal da Educação Infantil, identifica-se que, através das regulações promovidas pela Constituição Federal de 1988 referentes à educação, assim como dos documentos normativos para esse nível de ensino, existe um processo

de valorização da criança, como um sujeito histórico e de direito, e de qualificação das formas de atendimento à infância que reafirmam a indissociabilidade do Cuidar e Educar nas instituições de Educação Infantil.

A pesquisa permite entrever, através dos documentos legais em vigor, que a relação entre a dimensão do Educar e do Cuidar é intrínseca ao processo educativo e que não existe uma indissociabilidade entre essas dimensões. No atendimento à criança, o reconhecimento do processo de Educar/Cuidar na Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento dela.

Nesse contexto, compreende-se também que as situações pedagógicas não são apenas instrumentos operacionais utilizados pelas instituições de Educação Infantil, mas sim a estrutura basilar das ações educativas que serão desenvolvidas com as crianças, levando em consideração as necessidades: biológicas, psicológicas e sociais de cada uma. Nesse sentido, um conjunto de situações pedagógicas de cuidado, de brincadeira, de aprendizagem e de acesso aos conhecimentos deve ser organizado de maneira que o tempo e o espaço da instituição de Educação Infantil sejam organizados a favor da vivência da infância.

Conclui-se que, de maneira uníssona, na Educação infantil, a prática pedagógica deve se pautar na indissociabilidade entre o Cuidar e o Educar. Considerando que o princípio e ato de Educar/Cuidar é a espinha dorsal do trabalho com as crianças, promovendo sua autonomia e desenvolvimento biopsicossocial.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. Fragmentos sobre a rotinização da infância. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 1, 2000.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. *In:* CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. **Educação infantil:** pra que te quero. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67-79.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Dispõe sobre estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica/ DPE/COEDI, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v. 3. Brasília. 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.** Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica.** Brasília. DF, 2013. Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular**. Institui e orienta a implantação da base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 22 dez. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf Acesso em: 19 jan. 2021.

FREITAS, M. C. **História social da infância no Brasil.** São Paulo; Cortez, 2016. p. 312-312.

GUIMARÃES, D. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, D. Educação Infantil: espaços e experiências. *In*: CORSINO, P. (org.). **Educação Infantil**: cotidiano e políticas**.** Campinas: Autores Associados, 2009. P. 93- 104.

KUHLMANN, J. M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, p. 5-18, 2000.

KUHLMANN, Jr. M**. Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. [S. l.]: Mediação, 2004.

KRAMER, S. Infância. Cultura Contemporânea e Educação Contra a Barbárie. *In:* BASÍLIO, L.C.; KRAMER, S. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2008. 3. ed

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandona na história do Brasil: 1726 - 1950. **História social da infância no Brasil,** p. 69-97, 2016.

OLIVEIRA, Z. de M. R.; MELLO, A. M.; VITÓRIA, T.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Creche:** crianças, faz de conta e cia. Petrópolis: Vozes, 2011. 16. ed.

PRIORE, M. D. (org.), **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006. 5. ed.

ROCHA, R. **Os direitos das crianças segundo Ruth Rocha**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1999.

VASCONCELOS, V. M. R. **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.